

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.178 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2000

**Confirmados
nomes para
diretoria da ANA**

PÁGINA 4

PLENÁRIO EXAMINA DEFINIÇÃO DE CRIMES CONTRA O ERÁRIO

Projeto que pode ser votado hoje tipifica condutas classificadas como crimes comuns e de responsabilidade contra as finanças públicas. Penas incluem reclusão por até quatro anos

PÁGINA 3

Propaganda de fumo entre o dano à saúde e a liberdade de expressão

Em audiência sobre a propaganda de cigarro e bebida alcoólica, associações de jornais e de agências de publicidade defendem a liberdade de expressão. Médicos e representantes do governo apóiam proibição em defesa da saúde pública



Definidas as indicações do Bloco Oposição

Os senadores José Eduardo Dutra e Sebastião Rocha serão os membros titulares do Bloco Oposição na CPI. A líder Heloísa Helena antecipa que "o bloco não vai jogar o jogo dos cartolas".

PÁGINA 7



Comissão fará visitas a São Paulo e ao MA

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que apura o roubo de cargas em rodovias e ferrovias do país realizará audiências públicas nas cidades de São Paulo (SP) e de Imperatriz (MA).

PÁGINA 7



O senador José Agripino coordena a audiência pública que reuniu empresários, médicos e representantes do governo

Donos de agências de propaganda e proprietários de veículos de comunicação defenderam ontem, em audiência pública no Senado, o princípio da "liberdade de expressão comercial" como argumento para manter a propaganda de bebidas e cigarros nos termos atuais. Médicos e representantes do governo levantaram a bandeira da saúde pública para pedir a proibição da publicidade desses produtos.

PÁGINA 10



Integrantes da Comissão de Orçamento ouviram técnicos do governo

RELATOR DO ORÇAMENTO DEFENDE TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS DE PENSÃO

PÁGINA 5

CAE aprova central para reduzir riscos de crédito

PÁGINA 8

Gerson Camata, Ney Suassuna e Bernardo Cabral na reunião da CAE



CE
Senadores vão debater Programa de Treinamento

PÁGINA 4

Abert discute com ACM campanha antiviolença

Recebido pelo presidente do Senado, o empresário Paulo Machado de Carvalho Neto explica que os integrantes da associação vêm analisando a forma como os meios de comunicação poderão contribuir para reduzir o problema

O empresário Paulo Machado de Carvalho Neto, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), foi recebido ontem de manhã pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, com quem trocou idéias a respeito de uma campanha conjunta a ser feita pela Abert e pelo Congresso Nacional contra a violência.

Machado revelou que os integrantes da associação – 2.000

emissoras de rádio e mais de 300 estações de televisão – têm debatido com intensidade o problema da violência no país e analisado a forma pela qual os meios de comunicação poderão contribuir para a redução do problema. O presidente da Abert também aproveitou a oportunidade para colocar Antonio Carlos a par de seus planos à frente da entidade.



Paulo Machado de Carvalho Neto (D) afirma que os empresários do setor de rádio e televisão têm debatido com intensidade a questão da violência no país

Suassuna lamenta falta de ação no plano de segurança

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou, ontem, para a escalada da violência no Brasil. Ele lamentou que o Programa Nacional de Segurança, anunciado pelo governo federal há mais de dois meses, ainda não tenha se materializado em ações como reaparelhamento das polícias, implantação de sistemas justos de remuneração para os policiais e restauração de sua credibilidade perante a sociedade.

Suassuna também manifestou sua preocupação com o chamado Plano Colômbia, por entender que as ações militares contra produtores e traficantes de drogas no país vizinho embutem grave risco à segurança nacional. Ele alertou para o perigo da migração dos cenários da Amazônia colombiana para terras brasileiras fronteiriças desguarnecidas.

É preciso, disse o senador, prover as Forças Armadas de recursos para a defesa territorial e o patrulhamento da fronteira amazônica. “Este é o momento certo para aprovar novas verbas para a modernização e reaparelhamento do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, uma vez que o Congresso está discutindo o Orçamento para 2001”, afirmou.

Suassuna defendeu ainda uma



Ney Suassuna manifestou preocupação também com os efeitos do Plano Colômbia no Brasil

ação estrutural no cenário educacional, para resgatar os valores maiores da cidadania e do nacionalismo. “Temos que educar bem nossos jovens para que tenham interesse e oportunidade de crescer como homens sérios, honestos e preparados para construir um Brasil melhor”, alertou.

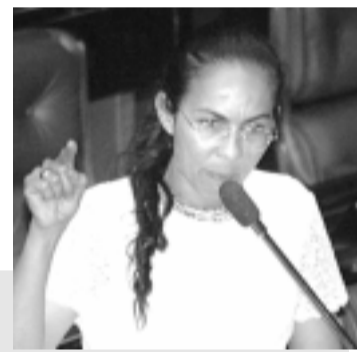
O senador Romeu Tuma (PFL-SP) observou que a taxa de reincidência no crime no Brasil é da ordem de 90%. “Não há bandido novo, por isso é necessário mantê-los na cadeia e implantar programas de recuperação.” Para o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a responsabilidade da violência é da crise social que o país atravessa e da incompetência dos governantes em adotar políticas de segurança pública.

Heloísa exige providências contra atentados a petistas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) exigiu ontem providências contra a sucessão de assassinatos e atentados cometidos contra militantes petistas. Os atentados começaram após as eleições, contra militantes petistas que denunciaram atos de corrupção eleitoral, segundo a senadora. Foi assim com Sivaldo Dias Campos, presidente do PT de Cuiabá, que teve sua casa invadida e está entre a vida e a morte, vitimado por três tiros, um deles na nuca.

Heloísa Helena citou ainda os casos de Roberto Carvalho, de Belo Horizonte, vítima de atentado, e de Manuel Maria de Souza Neto, de Suzano (SP), executado com um tiro na nuca. “Vários outros militantes continuam recebendo ameaças de morte”, acrescentou.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), os atentados e assassinatos representam “uso de violência totalmente injustificada contra pessoas que estão cumprindo seu dever de denunciar desmandos”. Tais atos, a seu ver, não intimidarão o PT, assim como o partido não se intimida com ameaças de divulgação de supostos atos “que poderiam machucar a imagem de Marta Suplicy”, feitas por Paulo



Heloísa Helena afirma que os atentados contra petistas começaram após as eleições

Maluf, seu adversário no segundo turno eleitoral para a prefeitura de São Paulo. “Não iremos descer ao nível da campanha que Maluf quer”, garantiu o senador.

Geraldo Cândido (PT-RJ) também registrou sua solidariedade à militância petista. Já o senador Antero de Barros (PSDB-MT) apresentou ao PT e à família de Sivaldo Dias Campos sua total solidariedade, assegurando que contactou o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, e o secretário estadual de Segurança Pública para solicitar empenho na apuração dos culpados pelo atentado. O senador confirmou a gravidade do estado de saúde de Sivaldo, “defensor intransigente da saúde pública e das liberdades democráticas”.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2000

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; substitutivo ao PR nº 134/99, altera a Resolução do Senado nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PLC nº 17/2000, acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212/91, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa; PLC nº 21/2000, que altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), a Lei nº 1.079/50 e o Decreto-Lei nº 201/67; PDL nº 184/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alto Piranhas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajazeiras (PB); PDL nº 68/2000, aprova o ato que outorga permissão à Agreste Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Cruz (RN); PDL nº 116/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caiobá para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Curitiba (PR); e Requerimento nº 499/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 7/92 e 26/2000, por regularem a mesma matéria.

ESPECIAL

9h às 18h30 – *Mostra do Redescobrimto – Brasil + 500* está aberta para visitação pública até 15 de outubro. Além do original da Carta de Pero Vaz de Caminha, a exposição apresenta 22 obras de artistas brasileiros e portugueses contemporâneos, fazendo uma releitura moderna dos temas e cenários descritos no documento. *Salão Negro do Congresso Nacional* 12h – *Cultura ao Meio-Dia* Filme: *O Castelo Rá Tim Bum*, de Cao Hamburger. Auditório Petrólio Portella

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota a tipificação de crimes contra o erário

Projeto, já aprovado pela Câmara, prevê pena de até quatro anos de reclusão para quem comete delito no trato das finanças públicas

O Senado deve votar hoje projeto que define os crimes contra a responsabilidade fiscal, tornando explícitas as condutas que podem ser classificadas como crimes comuns e de responsabilidade cometidos contra as finanças públicas. Entre as punições previstas, está a que prevê reclusão de um a quatro anos para governantes que autorizarem aumento de despesas com pessoal nos seis meses anteriores ao final do mandato.

O projeto, que tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), já foi votado pela Câmara dos Deputados e, se aprovado hoje, segue para a sanção do presidente da República.

De acordo com o projeto, será punido com reclusão de um a dois anos o governante que ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem

autorização legislativa. Ordenar despesa não autorizada por lei levará, segundo a proposta, à reclusão de um a quatro anos.

O projeto inclui oito novos dispositivos ao artigo da Lei 1.079, de 1950, que define os crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária. Entre eles, estão os que tipificam como crimes a autorização de abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado e a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.

Na mesma sessão, os senadores devem votar, em turno suplementar, o projeto de resolução que amplia os mecanismos de controle do endividamento de estados e municípios. De acordo com a proposição, toda vez que quiserem pleitear junto ao Senado autorização para pedidos de empréstimo,

os governos estaduais e municipais terão de apresentar ao Banco Central certidão emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de que cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal. A proposta foi apresentada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou irregularidades no Sistema Financeiro Nacional.

Os senadores vão avaliar ainda o projeto que isenta as instituições religiosas da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos seus ministros, padres e pastores. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o substitutivo do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a partir da proposta original da Câmara dos Deputados. Para o relator na CAS, o trabalho de ministro de confissão religiosa e de membros de instituto de vida consagrada não configura prestação de serviço nem vínculo empregatício.

Aprovado pólo de integração da região de Petrolina e Juazeiro

Aprovado no Senado, vai agora à deliberação da Câmara projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que autoriza o Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Foram registrados 58 votos a favor da matéria e ne-



Pólo facilitará a condução de políticas públicas, afirmou Roberto Freire

nhum contra. Foram aprovadas também emendas de redação apresentadas pelo relator do texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O objetivo da iniciativa é promover a integração e o desenvolvimento da região, que compreende os municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria de Boa Vista, em Pernambuco; e Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, na Bahia.

Segundo Roberto Freire, Petrolina e Juazeiro já estão conurbadas (unidas num conjunto, porém sem se confundirem) e a medida poderá facilitar a condução de políticas públicas envolvendo os dois estados. Pelo projeto, caberá ao Executivo implantar regras comuns no que se refe-

re a tarifas, fretes, seguros, linhas de crédito, isenção, unificação e incentivos fiscais.

Freire acrescentou que a criação da região integrada permitirá contemplá-la como tal nos orçamentos da União. "Com uma unidade de planejamento, facilitam-se os caminhos para investimentos federais", afirmou Freire. Jefferson destacou a importância de adequar a norma legal para orientar a ação articulada dos entes federativos situados em determinado espaço.

Autorizado acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos

O Senado aprovou texto de acordo celebrado entre os governos brasileiro e norte-americano para o fornecimento de material de defesa dos Estados Unidos para o Brasil, celebrado em Washington, em 2 de junho deste ano. O documento estabelece que ao aceitar os armamentos concedidos pelos EUA, o Brasil assume alguns compromissos, como o de somente utilizar os armamentos na manutenção de sua própria força defensiva ou na defesa do mundo livre.

O Brasil também se compromete a não transferir os materiais por meio de doação, venda ou qualquer outra forma, e também mantê-los em segurança e permitir sua avaliação e observação contínuas. Os armamentos que não forem mais necessários para os objetivos pactuados no acordo serão devolvidos aos Estados Unidos. Nenhuma pessoa que não seja funcionário, empregado ou agente do governo brasileiro poderá utilizar o material cedido.

Na discussão da matéria, Lauro



Para Lauro, que votou contra, o país não pode ser "paio de armas obsoletas"

Campos (PT-DF) manifestou seu voto contrário, dizendo não poder concordar que o Brasil se transforme em "paio ou espaço para armazenar armas obsoletas" que os EUA não podem mais guardar. No encaminhamento da votação, liberando a bancada do Bloco Oposição e expressando seu voto contrário, a líder Heloísa Helena (PT-AL) disse que é inadmissível que o Brasil "acabe refém da tecnologia dos EUA".

PREOCUPAÇÃO

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o relator José Fogaça (PMDB-RS) registrou que o Senado havia manifestado preocupação quanto ao acordo, do qual se tinha notícia apenas pela imprensa. Ele lembrou que alguns senadores chegaram a apresentar requerimentos de informação sobre o assunto. Após a leitura do seu parecer na CRE, Fogaça defendeu a aprovação do texto por considerar que ele pode trazer benefícios ao Brasil sem ferir a soberania do país.



O Senado pode votar hoje emenda que altera os critérios a serem observados para realizar sessões do Congresso

Proposta que amplia funções da guarda municipal volta à Comissão de Justiça

A proposta de emenda constitucional do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que muda a legislação sobre as guardas municipais voltará a ser examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) porque recebeu emenda durante sua discussão em Plenário.

A matéria, que passou ontem por seu quarto dia de discussão e ainda terá mais uma sessão de discussão hoje, dá mais poderes às guardas municipais, ao permitir

que protejam a população, além de bens e locais públicos.

A emenda apresentada é de autoria do líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), e inclui na PEC a criação de uma guarda nacional para proteger propriedades federais.

O Plenário também realizou ontem o quarto dia de discussão da proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para reduzir as sessões do Congresso à

inauguração da sessão legislativa, posse do presidente da República, promulgação de emenda constitucional e recepção a chefe de Estado. A proposta poderá ser votada hoje, caso não receba emendas.

Pela PEC, o Congresso não se reuniria nem mesmo para apreciar vetos do presidente da República a projetos propostos por cada uma das Casas. A Câmara dos Deputados e Senado apreciariam os vetos separadamente.

Acolhidas indicações para diretoria da ANA

Agência Nacional de Águas, cuja criação foi aprovada pelo Senado em junho, terá a responsabilidade de implementar a política brasileira de recursos hídricos. Seu primeiro presidente será Jerson Kelman

Audiência avaliará situação do Programa Especial de Treinamento

A Comissão de Educação aprovou ontem requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que convoca audiência pública para debater a situação do Programa Especial de Treinamento (PET), que o Ministério da Educação estaria pretendendo cancelar. Inicialmente, a audiência pública seria realizada no dia 7 de novembro, conforme a proposta.

Também foi aprovada uma lista com os nomes que Emilia Fernandes propôs que sejam convidados. São eles: o ministro da Educação, Paulo Renato Souza; o deputado Gilmar Machado, presidente da Comissão de Educação da Câmara; o professor Dante Barone, presidente da Comissão Executiva Nacional em defesa do Programa Especial de Treinamento; o secretário de Ciên-



Emilia Fernandes

cia e Tecnologia do estado do Rio Grande do Sul; o presidente do Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia; a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; o reitor da Universidade

Federal de Santa Catarina; e os estudantes Wadson Ribeiro, presidente da União Nacional dos Estudantes, e Gabriel Perfeito Castro, bolsista da UnB e membro da Comissão Executiva Nacional em Defesa do PET.

Ao justificar o requerimento, a senadora esclareceu que o Programa Especial de Treinamento atualmente é aplicado em 59 instituições de ensino superior em todas as regiões do país, totalizando 314 grupos de trabalho que atuam em todas as áreas do conhecimento científico e tecnológico.

CE aprova renovação de concessões de emissoras

A Comissão de Educação aprovou ontem sete projetos de decreto legislativo autorizando a renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. As matérias serão agora apreciadas pelo Plenário.

Os senadores aprovaram a renovação das concessões da Brasil

Emissoras Aliadas, de Santa Bárbara do Oeste, em São Paulo, e das rádios Sul Fluminense, de Barra Mansa, e Globo Eldorado, do Rio de Janeiro. Foi aprovada a renovação das permissões das rádios Cidade de Cascavel e Guairacá de Guarapuava, no estado do Paraná, e da Rádio Três Colinas, de Franca (SP).

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação, pela Presidência da República, de Jerson Kelman para exercer o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), e de Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, Lauro Sérgio de Figueiredo, Ivo Brasil e Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas para integrar o restante da diretoria da agência. A ANA, cuja criação foi aprovada pelo Senado no dia 20 de junho passado, terá a responsabilidade de implementar a política brasileira de recursos hídricos.

Na discussão da matéria, o relator da mensagem presidencial que indicou Jerson Kelman, senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), assegurou que o currículo do indicado — especialista na área — significaria segurança na direção da ANA. Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Sérgio Machado (PSDB-CE)



Jerson Kelman, especialista na área, teve seu nome aceito para presidir a ANA

concordaram com o relator e pediram que o nome fosse aprovado por unanimidade. O resultado da votação foi 50 votos favoráveis, cinco contrários e quatro abstenções.

Os demais indicados para compor a diretoria tiveram os seguintes votos: Benedito Pinto — 47 a favor, seis contra e quatro abstenções;

Lauro Figueiredo — 48 favoráveis, seis contrários e três abstenções; Ivo Brasil — 45 sim, oito não e cinco abstenções; Marcos Aurélio de Freitas — 47 votos favoráveis, quatro contrários e cinco abstenções. O presidente da República será comunicado sobre o resultado das votações.

Durante o encaminhamento da votação da indicação de Jerson Kelman, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou que votaria favoravelmente em todos os nomes escolhidos para a ANA, esperando que o governo tivesse acertado na escolha. “As outras agências reguladoras já instaladas vêm recebendo muitas críticas”, afirmou. Já o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), opinou que todos os nomes apresentados pelo presidente dispõem de currículo comprovado e experiência compatível com a função.

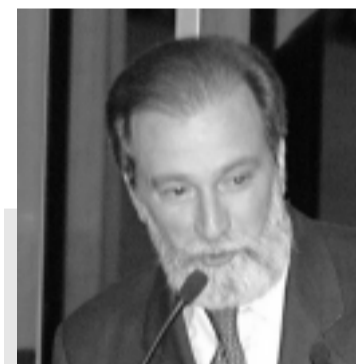
Redução da alíquota do ICMS sobre a farinha será votada em novembro

O Senado adiou para 8 de novembro a decisão sobre o projeto com que o senador Osmar Dias (PSDB-PR) deseja reduzir, de 12% para 7%, a alíquota de ICMS cobrada nas operações interestaduais com farinha de trigo. O adiamento foi pedido por líderes do PSDB, PFL, PTB e PT, no entendimento de que essa redução no tributo poderá prejudicar alguns estados.

De acordo com Osmar Dias, o ICMS é o imposto que mais pesa no preço da farinha de trigo, refletindo-se no preço final do pão. Sendo um tributo da competência dos estados, só pode ser reduzido com a aprovação unânime de

todas as unidades da federação. Reconhecendo o quanto é difícil obter essa unanimidade, o senador afirma que a melhor solução seria reduzir apenas a alíquota cobrada nas operações interestaduais, assunto da competência do Congresso.

Ao justificar seu projeto, Osmar Dias disse que o quadro atual é preocupante, pois o Brasil corre o risco de retrocesso no setor se, de imediato, não forem tomadas providências capazes de recuperar a competitividade da farinha nacional. Também afirmou que os moinhos brasileiros não gozam de qualquer benefício fiscal nas vendas para o mercado interno, en-



Osmar Dias teme retrocesso no setor se for mantida a atual tributação sobre a farinha de trigo

quanto os produtores estrangeiros, notadamente os do Mercosul, recebem de seus governos uma série de incentivos.

Senadores decidem tramitação conjunta de projetos

Três requerimentos solicitando tramitação conjunta de projetos, por tratarem de assuntos semelhantes, foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado.

A pedido da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), terão tramitação conjunta o projeto de iniciativa da Câmara que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família e um outro, de autoria da própria senadora, que visa reservar recursos para financia-

mentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família. As matérias serão examinadas pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

Outro requerimento aprovado, do senador José Fogaça (PMDB-RS), determina a tramitação em conjunto de dois projetos, um do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e outro do senador Lauro Campos (PT-DF), que tratam da impenhorabilidade do bem de família. Os proje-

tos retornam à CCJ, para decisão terminativa.

O terceiro requerimento aprovado, da senadora Heloísa Helena (PT-AL), prevê que os projetos dos senadores Carlos Patrocínio e Leomar Quintanilha (PPB-TO), que tratam da obrigatoriedade do uso de dispositivos de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos, também tramitarão conjuntamente. As matérias serão examinadas na CAS, com decisão terminativa.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Fundos de pensão devem pagar imposto, diz Lando

Tributação das entidades de previdência complementar, na avaliação do relator-geral do Orçamento, pode render aos cofres públicos mais R\$ 3 bilhões por ano. Ele é a favor também de projeto que torne o sigilo bancário mais flexível

O relator-geral do projeto de Orçamento da União para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), defendeu ontem a tributação dos fundos de pensão e a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei que torna mais flexível o sigilo bancário. As duas medidas, afirmou, poderão ajudar o governo a aumentar a arrecadação prevista para o ano que vem.

— Os fundos de pensão até hoje não contribuem, sob a alegação de que têm uma finalidade social, mas essa situação pode vir a ser alterada por meio de uma interpretação judicial ou da aprovação de um projeto que modifique a legislação — disse Lando, após participar, com cinco outros parlamentares da Comissão Mista de Orçamento, de um encontro com o secretário da Receita Federal,



Amir Lando saiu do encontro com Everardo Maciel certo de que o governo pretende tributar os fundos

Everardo Maciel.

De acordo com o relator, a eventual tributação dos fundos poderia render aos cofres públicos aproximadamente R\$ 3 bilhões por ano. Amir Lando admitiu a

possibilidade de incluir em seu relatório parcial, como receita condicionada, uma previsão dessa arrecadação. Ele disse ter saído do encontro com Everardo Maciel certo de que o governo pretende tributar os fundos.

O secretário da Receita ponderou, por outro lado, que seria mais difícil prever o tamanho do possível aumento de arrecadação proveniente da flexibilização do sigilo bancário. Além disso, afirmou, eventuais recursos à Justiça poderiam

retardar a aplicação das novas regras sobre o sigilo. “Não seria possível saber nem quando haveria nem de quanto seria o aumento da arrecadação”, disse Everardo.

Lando defenderá, em seu relatório parcial, a aprovação de um projeto de flexibilização do sigilo semelhante ao enviado pelo Senado à Câmara. Mas o relator da proposta na Câmara, deputado Ney Lopes (PFL-RN), pretende introduzir mudanças no texto que, segundo o senador, prejudicariam a eficácia da proposta. “O texto da Câmara é pior do que a lei atual”, avaliou Lando.

O relator do projeto de Orçamento reiterou, após o encontro com Everardo Maciel, que não contará com a possível arrecadação de R\$ 1,4 bilhão proveniente da cobrança de contribuição de

inativos e pensionistas da União. Na sua opinião, é pouco provável a aprovação da cobrança pelo Congresso Nacional ainda neste ano. “Não posso incluir em um orçamento que se pretende realista uma receita inexistente e sem possibilidade de vir a existir”, explicou.

Caso não encontre uma fonte de receita capaz de substituir a contribuição dos inativos e pensionistas, o relator poderá promover um corte de despesas equivalente à redução nas receitas previstas. Lando disse que é “dada como certa” a receita com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), apesar dos estudos sobre a possibilidade de isenção da cobrança da contribuição nas aplicações em bolsas de valores. “Existe um consenso para que a CPMF prossiga”, afirmou.

Integrantes da Comissão de Orçamento pretendem reavaliar receitas para 2001

Há consenso entre os parlamentares integrantes do Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento de que o Congresso deve reavaliar a arrecadação federal para o próximo ano, principalmente porque o Executivo desconsiderou o aumento da inflação nos meses de junho, julho e agosto deste ano, após reajustes de tarifas e de combustíveis. Representantes do Executivo admitiram ao comitê ontem que eles também estão reavaliando números do Orçamento.

Depois de ouvir por várias horas o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Guilherme Dias, e o secretário de Orçamento e Finanças do mesmo ministério, Waldemar Giomi, o relator-geral da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou que o Orçamento também está baseado em um Produto Interno Bruto (PIB) “bem acima do real”. Como consequência, o governo reservou “uma quantia maior” para o superávit primário em 2001.

A reavaliação do Congresso levará em conta que o PIB cresceu menos R\$ 22,5 bilhões em 1999, ficando em R\$ 960,8 bilhões, comparando-se com os números usados pelo Executivo. O valor do PIB real de 99, divulgado recentemente pelo IBGE, terá reflexos nas projeções para o próximo ano, levando à alteração de vários números do Orçamento.

Amir Lando afirmou depois das reuniões de ontem que “o Orçamento continua sendo uma peça impenetrável” e a cada dia os técnicos do Congresso e assessores dos parlamentares “descobrem até mes-



Parlamentares da Comissão Mista de Orçamento ouviram ontem representantes do governo federal, entre eles o secretário da Receita, Everardo Maciel

mo inconstitucionalidades”. Como exemplo, ele citou o Fundo de Administração Fazendária (Fundaf), formado com dinheiro de multas tributárias e destinado a aprimorar a fiscalização. A arrecadação do fundo foi projetada pelo Executivo em R\$ 3,3 bilhões em 2001, mas só R\$ 800 milhões serão usados pela Receita Federal. Os outros R\$ 2,5 bilhões serão desviados para o resgate de títulos da dívida pública, o que é proibido pela legislação.

Uma parte das perguntas dos deputados e senadores aos funcionários do Ministério do Planejamento tratou das projeções do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Neste

ano, o Orçamento trabalha com um índice próximo de 7%. Nos últimos 12 meses, no entanto, ele já bateu em 15%, o que “certamente terá reflexos positivos na arrecadação do próximo ano”, conforme o deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), um dos integrantes do Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento.

No final, os representantes do Ministério do Planejamento se comprometeram a enviar à Comissão de Orçamento até segunda-feira a reavaliação que vêm fazendo sobre inflação e crescimento do PIB. Com ou sem os novos números do Executivo, o relator-geral vai apresentar seu relatório no dia 18.

Malan fala a parlamentares na terça-feira

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparecerá à Comissão Mista de Orçamento na terça-feira, às 14h30, para explicar aos deputados e senadores os parâmetros de comportamento da economia empregados na elaboração do Orçamento de 2001. O convite a Malan foi feito pelo presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP).



Malan deve explicar o comportamento da economia

Nos últimos dias, integrantes do Comitê de Receitas da Comissão de Orçamento vêm questionando a projeção de 5,86% para o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, contida no projeto orçamentário. Para o deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), a projeção, “ao que tudo indica, dificilmente se concretizará”. Ele acredita que o índice será mais elevado, o que mexe que toda a arrecadação federal.

O relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), e o presidente da comissão, Alberto Goldman, reúnem-se hoje, às 9h, com o ministro do Planejamento, Martus Tavares, no gabinete ministerial. Nos próximos dias, durante a discussão das despesas do Orçamento, o ministro deverá ser questionado pelo plenário da comissão.

Projetos de reforma política em exame na Câmara

A proibição de coligações em eleição proporcional, a garantia de estabilidade no trabalho a portadores de HIV e a instituição do Programa de Renda Mínima estão entre as matérias de senadores que serão votadas pelos deputados

Entre os projetos de lei aprovados pelo Senado que se encontram sob análise dos deputados estão três propostas que fazem parte da reforma política: a proibição de coligações em eleições proporcionais, a possibilidade de criação de federações de partidos políticos e o aumento do número de candidaturas nas eleições proporcionais, todas aprovadas por comissão especial do Senado que analisou a matéria.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é autor de vários projetos que estão sendo analisados pelos deputados. Propostas como a que fixa pisos máximo e mínimo para os salários dos servidores públicos civis e a que exclui do benefício do sigilo bancário deputados federais, senadores, ministros e o presidente da República são algumas delas em tramitação naquela Casa.

Outro senador que tem matérias tramitando na Câmara é Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O projeto de lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de modo a garantir estabilidade ao empregado portador do vírus HIV foi aprovado em 1999 pelo Senado e, atualmente, está na Comissão

de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) da Câmara.

Uma das matérias de maior interesse do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o projeto de lei que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, aprovado pelo Senado, está tramitando igualmente na Câmara. Outro projeto do senador, que autoriza o governo a firmar convênio com os municípios que implantarem programas desse tipo e já aprovado pelos senadores, será também votado pelos deputados.

O projeto de lei do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixo poder aquisitivo tramita na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Câmara. Um outro exemplo de matéria aprovada pelo Senado que ainda depende do aval dos deputados é o projeto de lei do ex-senador Nelson Carneiro (RJ), já falecido, que garante estabilidade provisória ao trabalhador que entrar com ação na Justiça contra o empregador. O projeto já está pronto para ser incluído na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados.

O projeto de lei que institui a tarifa social de energia elétrica será também examinado pelos deputados



O Plenário da Câmara irá analisar o projeto do senador Pedro Simon que exclui do benefício do sigilo bancário deputados federais, senadores, ministros de Estado, o presidente e o vice-presidente da República e dirigentes partidários

Emenda beneficia auditores do TCU

Já aprovada pelo Senado, a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que garante aos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), com mais de 65 anos, a possibilidade de promoção ao cargo de ministro foi enviada para deliberação da Câmara. A matéria pretende dispensar da exigência de limite de idade os auditores que tenham exercido o cargo de ministro do TCU, antes dos 65, por mais de cinco anos.

Se a medida entrar em vigor, deverão ser beneficiados, de imediato,

dois auditores que exercem a função de ministro substituto há mais de 20 anos, mas estão prestes a completar 65 anos. "A manutenção da atual regra restritiva dos direitos individuais e políticos dos auditores apresenta um quadro de extrema injustiça", diz Cabral.

Pela Constituição, a aposentadoria compulsória de servidores públicos se



Cabral: regra atual é restritiva de direitos

dá aos 70 anos. O descompasso entre essa regra e o limite de idade imposto para promoção de auditores a ministros do TCU, segundo Cabral, gera discriminação contra aqueles que exerceram a interinidade ao longo da carreira e, cinco anos antes de atingir a compulsoriedade, vêm-se privados da plenitude da função.

Fundo contra a pobreza precisa ainda ser votado pelos deputados

Além de projetos de lei, propostas de emenda à Constituição de senadores enviadas à Câmara também serão analisadas pelos deputados. Aprovada pelo Senado para minimizar a exclusão social no país, a PEC que cria o Fundo de Combate à Pobreza, do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, está tramitando numa comissão especial da Câmara que tem prazo de 40 sessões, contadas a par-



Antonio Carlos Magalhães é autor da PEC que cria o Fundo de Combate à Pobreza

tir de 13 de setembro, para emitir parecer.

A PEC, do ex-senador Esperidião Amin (hoje governador de Santa Catarina), que limita a edição de medidas provisórias teve a discussão em primeiro turno iniciada no Plenário da Câmara em junho passado. Outras PECs importantes para o

funcionamento das instituições nacionais também aguardam a decisão da Câmara, como a proposta do ex-senador José Serra (atual-

mente ministro da Saúde) que regulamenta o artigo 192 da Constituição, referente ao funcionamento do sistema financeiro nacional. Essa PEC está tramitando, juntamente com outras de autoria dos senadores, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), encarregada de analisar preliminarmente todas as PECs na Câmara.

A quebra da imunidade parlamentar é outra matéria que será analisada pela Câmara. Atualmente,



José Serra, ministro da Saúde, elaborou o projeto que regulamenta o sistema financeiro

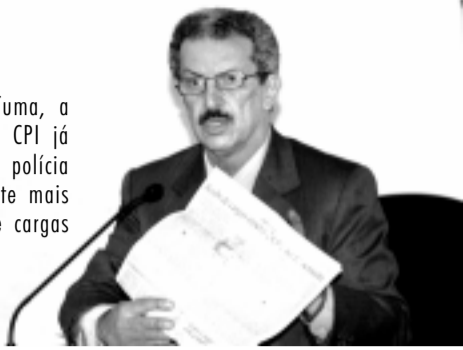
terão 120 dias para analisar o pedido de licença apresentado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para processar parlamentar.

te, a perda do benefício depende de autorização dos plenários do Senado ou da Câmara. O substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovado no Senado em 1999, a diversas PECs, incluindo uma do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), muda esse procedimento. Pela proposta de Fogaça, Câmara e Sena-

do terão 120 dias para analisar o pedido de licença apresentado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para processar parlamentar.

do terão 120 dias para analisar o pedido de licença apresentado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para processar parlamentar. Caso as Casas não se pronunciem, o processo poderá ter continuidade. O Senado também já deu seu aval a uma proposta de emenda constitucional que define a competência das comissões parlamentares de inquérito. De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), a PEC permite que as CPIs promovam a busca e apreensão de documentos, e quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal, sem depender de decisão judicial, sempre que essas medidas forem consideradas necessárias para elucidar a investigação. A matéria está tramitando na CCJR desde março passado.

Segundo Romeu Tuma, a própria criação da CPI já está levando a polícia a dar combate mais efetivo ao roubo de cargas



Parlamentares farão audiências públicas em São Paulo e Imperatriz

Visitas foram antecedidas por diligências reservadas realizadas nos últimos meses

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas em estradas e ferrovias do país fará audiências públicas em São Paulo e Imperatriz (MA). As visitas dos parlamentares da CPI seguirão roteiro traçado com base em diligências reservadas, realizadas nos últimos meses.

De acordo com o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, a visita a São Paulo — marcada para o início de novembro — é natural, pois no estado ocorrem 50% dos desvios de cargas do país, com pelo menos 20 organizações criminosas em atuação. Partindo do depoimento do ex-caminhoneiro Jorge Méres, que trabalhou para uma das maiores quadrilhas de roubo de cargas do Brasil, a CPI seguirá para Imperatriz (MA).

Tuma afirmou que evitou a reali-



zação de audiências públicas antes das eleições para impedir o uso político dos trabalhos da comissão.

— As investigações, porém, não ficaram paralisadas. Assinei diversos despachos durante o recesso, e uma equipe de funcionários e policiais fez diligências reservadas — disse Romeu Tuma.

O senador mencionou, ainda, a ação das polícias paulista e gaúcha, que desmantelaram, recentemente, as bases de algumas quadrilhas, apreendendo caminhões e mercadorias roubadas. Para Tuma, a existência da CPI, por si só, já provoca um combate mais efetivo por parte da polícia.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou o trabalho de Tuma e classificou a CPI como uma das mais importantes para o país, diante do crescimento desse tipo de crime.

Oposição não vai fazer jogo dos cartolas, dizem senadores

“O Bloco Oposição não vai jogar o jogo dos cartolas, que nunca jogou.” Assim, a líder do bloco, senadora Heloísa Helena (PT-AL), definiu a atuação que os três senadores oposicionistas terão na CPI do Futebol. Heloísa indicou ontem os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e José Eduardo Dutra (PT-SE) como titulares e o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) como suplente da CPI.

Para Heloísa, investigar o futebol brasileiro faz parte das funções do Legislativo, ao contrário do que foi levantado por representantes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Segundo a senadora, a atividade do Parlamento de fiscalizar as relações sociais é diretamente ligada à atividade de legislar. Dessa for-



Para Dutra, há fortes lobbies contra a instalação da CPI

ma, na sua avaliação, entidades privadas podem e devem ser investigadas.

— Se essas entidades agem de forma criminosa aproveitando buracos na lei, cabe ao Senado e à Câmara aprimorar a legislação — afirmou Heloísa, lembrando a existência de denúncias de sonegação de impostos e de contribuições sociais, que deveriam ser recolhidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

INSTALAÇÃO

Dutra disse que a primeira preocupação do bloco é garantir a instalação da CPI. Ele acredita que há fortes lobbies contrários à investigação e, caso o PMDB e o PFL não indiquem os membros a que têm direito, a CPI pode não ser instalada, como aconteceu



com a CPI das Empreiteiras, defendida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador petista rebateu argumentos de que entidades privadas não devem ser investigadas por comissões parlamentares de inquérito, pois nas CPIs do Orçamento e dos Precatórios, por exemplo, os senadores chegaram a quebrar sigilos bancário e fiscal de diversas empresas.

— Além disso, o futebol é a paixão nacional e utiliza os símbolos nacionais, como as cores, a bandeira e o hino — afirmou José Eduardo Dutra, para quem as denúncias são graves e devem ser apuradas com rigor.

Na opinião dele, a CPI também é a oportunidade para que o real teor do contrato entre a empresa de material esportivo Nike e a CBF seja tornado público.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 1999. Senador Romeu Tuma e outros. Altera dispositivo da Constituição Federal (§ 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais).

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2000. Aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos, para o Fornecimento de Material de Defesa Norte-Americano, celebrado em Washington, em 2 de junho de 2000.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2000-Complementar. Senador Roberto Freire. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

Resultado: Aprovado o projeto. Votaram: Sim: 58. Não: 00. Abst: 00. Total: 58. Aprovadas as Emendas nºs 1 a 3-CCJ. Votaram: Sim: 56. Não: 01. Abst: 01. Total: 58. À Câmara dos Deputados.

5

Projeto de Resolução nº 27, de 2000. Senador Osmar Dias e outros. Estabelece alíquota do ICMS nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo.

Resultado: Lido e aprovado requerimento de líderes solicitando o adiamento da discussão da matéria. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 8/11/2000.

6

Parecer nº 939, de 2000. Cl. Submete à deliberação do Senado a escolha de Jerson Kelman para exercer o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, com mandato de cinco anos.

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 50. Não: 05. Abst: 04. Total: 59. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

7

Parecer nº 940, de 2000. Cl. Submete à deliberação do Senado a escolha de Benedito

Pinto Ferreira Braga Júnior, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de cinco anos.

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 46. Não: 06. Abst: 04. Total: 56. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

8

Parecer nº 941, de 2000. Cl. Submete à deliberação do Senado a escolha de Lauro Sérgio de Figueiredo, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de três anos.

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 48. Não: 06. Abst: 03. Total: 57. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

9

Parecer nº 942, de 2000. Cl. Submete à deliberação do Senado a escolha de Ivo Brasil, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos.

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 45. Não: 08. Abst: 05. Total: 58. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

10

Parecer nº 943, de 2000. Cl. Submete à deliberação do Senado a escolha de Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos.

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 47. Não: 04. Abst: 05. Total: 56. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

11

Requerimento nº 468, de 2000. Senadora Emilia Fernandes. Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 12 de 2000, com o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. O PLC nº 12/2000 passa a tramitar em conjunto com o PLS nº 133/99, que perde seu caráter terminativo. As matérias retornam às CCJ e CAS.

12

Requerimento nº 469, de 2000. Senador José Fogaça. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999, e 145, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 370/99 e 145/2000 passam a tramitar em conjunto e retornam à CCJ, em decisão terminativa.

13

Requerimento nº 503, de 2000. Senadora Heloísa Helena. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 123, de 1999, e 33, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 123/99 e 33/2000 passam a tramitar em conjunto e retornam à CAS, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

CALENDÁRIO DA COMISSÃO

OUTUBRO

Dia 17 — Depoimentos de Genésio Bernardino de Souza, diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), e de Álvaro Henrique Vianna Novaes, diretor da Polícia Rodoviária Federal.

Dia 24 — Depoimento do preso Sálvio.

Dia 31 — Depoimentos de Edvaldo Bronzeado, presidente do Sindicato dos Transportadores de Cargas da Paraíba, e de Newton Gibson, presidente da Associação Brasileira de Transportes de Cargas (ABTC).

NOVEMBRO

Dias 6 a 10 — Audiências públicas em São Paulo (SP).

Dia 14 — Depoimento de José Paulo Bisol, secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, e de Clésio Andrade, presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Dia 21 — Depoimento de José da Fonseca Lopes, presidente da Fetrabens, e de Antônio Branco, presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores de Transporte de Carga.

DEZEMBRO

Dias 4 a 8 — Audiências públicas na cidade de Imperatriz (MA)

CAE aprova criação de Central de Risco de Crédito

O órgão, ligado ao Banco Central, pretende modernizar o sistema financeiro nacional e evitar empréstimos a clientes sem capacidade de pagamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de lei que cria o Sistema Central de Risco de Crédito do Banco Central. O objetivo é modernizar e preservar o sistema financeiro nacional e evitar os riscos resultantes de empréstimos a clientes que não tenham capacidade comprovada de pagamento. A proposta foi apresentada pela CPI do Sistema Financeiro.

De acordo com o projeto, caberá à Secretaria da Receita Federal e às instituições do sistema financeiro fornecer à Central de Risco todas as informações sobre pessoas físicas e jurídicas que peçam empréstimos. Para o relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), a proposta apresenta não apenas "relevante importância econômica", mas também social.

— O caso Encol é um exemplo



A Comissão de Assuntos Econômicos durante a reunião que deu o voto favorável ao projeto elaborado pela CPI do Sistema Financeiro

claro. Se na época existisse a Central de Risco de Crédito, poderia ter sido evitado o excessivo aporte de recursos para a empresa, o que causou prejuízos aos cofres públicos em torno de R\$ 1 bilhão, além de danos pessoais e patrimoniais gravíssimos a milhares de pessoas — disse Osmar Dias.

O projeto determina que caberá ao Conselho Monetário Nacional

editar normas obrigando as instituições que pertencem ao sistema financeiro nacional a fornecer as informações ao Banco Central. A proposta também dá poderes ao BC para encaminhar as informações a outras instituições de crédito que julgar aconselhável para manter a solidez do sistema financeiro, não se constituindo, de acordo com o projeto, quebra de sigilo bancário.

Presidente do BNDES será ouvido na próxima semana

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, irá comparecer na próxima semana à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer e discutir os detalhes do novo plano estratégico quinquenal da instituição, com ênfase no social. O



Francisco Gros falará sobre apoio à pequena empresa

requerimento de convocação é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que pretende saber de Francisco Gros, entre outros itens, como a instituição vai a partir de agora dar apoio às pequenas e médias empresas e quais serão os investimentos em infra-estrutura.

A CAE também aprovou requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA) que pede ao presidente do Banco Central os nomes dos beneficiados com empréstimos do Banestado (Banco do Estado do Paraná).

O senador quer esclarecer fatos relacionados ao processo de auditoria na Banestado Leasing, por ocasião do saneamento do banco para privatização.

Fontes renováveis de energia podem ter benefício

As fontes renováveis de energia terão os mesmos benefícios concedidos às pequenas hidrelétricas, de acordo com projeto do senador José Jorge (PFL-PE) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Atualmente, as hidrelétricas de baixa potência têm redução de pelo menos 50% no valor do pedágio de transmissão e distribuição de eletricidade.

O projeto, que segue agora para exame do Plenário do Senado, vai permitir também às empresas que utilizam fontes renováveis comercializar energia elétrica com consumi-

dores de carga maior ou igual a 500 kw. Para o relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), o projeto estimula as fontes renováveis de energia, além de incentivar novas tecnologias.

TARIFA ELÉTRICA
Na mesma reunião, foi rejeitado projeto da Câmara

que incluía na tarifa de energia elétrica o custo de consumo destinado à iluminação pública. O projeto excluía apenas os consumidores das zonas rurais. Segundo o relator, se-



José Jorge: autor do projeto aprovado

nador Paulo Souto (PFL-BA), a iniciativa, caso fosse aprovada, provocaria aumento no preço médio das tarifas de energia em todo o país.

Conforme ainda Paulo Souto, a cobrança de consumo de iluminação pública é inconstitucional, pois a legislação não permite individualizar esse tipo de cobrança. Ele informou também que a cobrança da taxa prejudicaria financeiramente milhões de consumidores.

Comissão acolhe programação monetária para o 4º trimestre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à programação monetária para o quarto trimestre de 2000. Enviada pelo Poder Executivo, a matéria ainda será votada em Plenário. Segundo o parecer, a programação monetária possibilita manter a atual trajetória de taxas de juros básicos.

O texto destaca que os juros vêm decrescendo desde março de 1999, quando chegou a 45% anuais. A taxa permaneceu estabilizada em 19% entre julho do ano passado e março deste ano, caindo para 16,5% em julho último, nível que vem sendo mantido por causa da elevação do preço do petróleo.

Elaborado pelo senador Bello Parga (PFL-MA), o parecer foi lido pelo relator substituto, senador Luiz Otávio (sem partido-PA). O texto aprovado pela CAE atesta ainda que a programação monetária apresentada pelo governo é condizente com a política de aumento do crédito e de

redução entre as taxas de captação e de aplicação do dinheiro.

O parecer, aprovado por unanimidade na comissão, ressalta que a previsão para expansão dos meios de pagamentos e da liquidez geral da economia deve variar entre 15% e 20% este ano. Enfatiza ainda que a execução da programação monetária aprovada para o segundo trimestre foi executada dentro dos limites estabelecidos. Segundo o parecer, essa execução "tem contribuído para manter a estabilidade de preços no país".

A questão do desemprego, com taxas acima de 7% da força de trabalho do país, é citada no parecer como um dos maiores problemas nacionais. Mas, segundo o relator, esse percentual deve ser revertido, uma vez que o desempenho da produção industrial e o aumento da demanda por bens de capitais prenunciam um possível crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4%.

Terrenos de marinha devem receber nova regulamentação

O projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que altera a delimitação dos terrenos de marinha foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Conforme a proposta, relatada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), o terreno de marinha passa a ser aquele que está a até 33 metros da preamar (maré alta) média do ano 2000, e não mais da preamar de 1831, como vem sendo considerado desde 1946. A matéria será ainda votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo. Ou seja, sua aprovação pela CCJ dispensará a votação em Plenário, exceto se houve recurso de algum senador.

Paulo Hartung afirmou que há centenas de prédios edificadas em aterros "que distam, em alguns casos, centenas de metros da praia". Como esses terrenos pertencem à Marinha, seus ocupantes não têm o domínio pleno do imóvel, mas apenas seu "domínio útil", pagando taxas de ocupação (laudêmio) e de transferência muitas vezes cumulativas com o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis).

Segundo o autor, além da "óbvia dificuldade de se determinar a preamar média de 1831", algumas cida-

des litorâneas enfrentam problemas para cumprir determinações constitucionais, como a execução da política de desenvolvimento urbano. Caso seja aprovado, o projeto irá transferir para os municípios o domínio das áreas atualmente cedidas, locadas, arrendadas ou aforadas a particulares pela União.

O relator, senador Jefferson Péres, aceitou as cinco emendas apresentadas pelo autor. Uma das emendas mantém a área de marinha em 33 metros; outra altera a medição da maré para a preamar média do ano 2000; a terceira possibilita a venda dos terrenos, pelos municípios, para capitalização dos fundos de previdência de servidores municipais e abatimento de dívidas junto à União; e a quarta transfere da União para os municípios as áreas ocupadas regular ou irregularmente. A quinta emenda, apresentada durante a reunião da CAE, mantém com a Marinha os terrenos destinados a treinamento militar e à sinalização de navegação.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou "o ponto de equilíbrio alcançado pelo autor e relator". O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) disse que há 4,5 mil processos na Secretaria de Patrimônio da União devido a problemas de delimitação dos terrenos de marinha.

Lobão diz que governo agiu bem ao vender estatais

Senador rebate as críticas ao programa de privatização e argumenta que, na verdade, o Estado apenas se retirou de mercado onde não deveria atuar. Manifestou, porém, preocupação com a desnacionalização da indústria brasileira

O governo acertou ao privatizar empresas estatais, avaliou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele disse concordar com a tese de que o Estado não deve participar de atividades que não correspondem à sua destinação política e social.

—Mal se fazia receita para manter as estatais, que eram crescentemente deficitárias e sucateadas. Portanto, o Estado agiu com grande vi-

são quando retirou-se de um mercado que não lhe cabe — afirmou.

Lobão refutou as críticas quanto à destinação dos recursos das privatizações, mas admitiu preocupar-se com uma possível desnacionalização do parque industrial brasileiro, fruto do processo de desestatização. Na opinião dele, a empresa nacional, pagando os juros mais elevados do mundo, não

tem condições de competir com as similares estrangeiras, que são beneficiadas com juros reduzidos de seus países.

O parlamentar adiantou que deverão ser criados mecanismos para dar maior competitividade aos nossos produtos e estimular a melhoria do parque industrial brasileiro. Segundo ele, há notícias de que empresas estrangeiras instaladas no

Brasil preferem comprar insumos no exterior.

O senador Edison Lobão informou que o BNDES já criou um mecanismo de estímulo à compra de produtos brasileiros por empresas estrangeiras, através de financiamento de 100% dos equipamentos que têm tecnologia nacional. “É um primeiro passo, ainda incipiente, mas importante.”



Lobão: “Mal se fazia receita para manter as estatais, que eram crescentemente deficitárias.”

Luiz Pontes propõe o recolhimento obrigatório de remédios vencidos

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) pretende impedir que os medicamentos vencidos sejam descartados pelos próprios usuários. Para isso, apresentou projeto que obriga os fabricantes e distribuidores a fazerem o recolhimento dos produtos que passaram do prazo de validade.

Além de remédios, ele incluiu na lista outros itens, como insumos farmacêuticos e cosméticos. O projeto tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde recebeu parecer favorável do relator, Geraldo Althoff (PFL-SC).

Segundo Luiz Pontes, medicamentos vencidos ou deteriorados constituem resíduos de serviços de saúde e precisam ter destinação final coerente para não colocarem em risco a saúde da população ou o meio ambiente. “As indústrias têm melhores condições e meios do que os comerciantes para fazer um descarte seguro daqueles resíduos”, argumenta.

Luiz Pontes acrescentou que a destinação inadequada desses produtos — como o

abandono em vias públicas, no solo ou em cursos d’água — é considerada crime ambiental na legislação nacional.

Ao informar que a medida já existe nos países da Europa, ele afirmou que não existe

nenhuma norma legal no Brasil determinando o destino de medicamentos vencidos ou deteriorados. “Como se a ocorrência de tais situações não fosse previsível”, pondera Pontes. Ele disse que, de acordo com as estatísticas, cerca de 3% a 5% do total de medicamentos de um estoque atingem, a cada ano, a data de vencimento sem ser utilizados.

O senador estabelece também, na proposta, que o res-

ponsável técnico pelo serviço de farmácia em que ocorrer o vencimento do prazo de validade dos produtos será o responsável por comunicar o fato ao distribuidor ou fabricante de quem os adquiriu. Determina ainda que o recolhimento desses produtos deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias, a contar da data de recebimento do aviso pela distribuidora ou fábrica.



O projeto de Luiz Pontes também se aplica a insumos farmacêuticos e cosméticos

Roberto Requião vê hipocrisia em ataques feitos ao MST

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem, em Plenário, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que tem sido acusado de cobrar dos assentados taxas de 3%, sobre os empréstimos obtidos junto ao Incra. De acordo com Requião, que disse estranhar a hipocrisia da imprensa, é uma prática comum a cobrança de taxas por partidos e movimentos sociais. Em seu caso, como senador do



Requião: taxas pagas ao MST são como aquelas pagas a partidos e entidades sociais

PMDB, ele revelou que são descontados mensalmente R\$ 300.

Roberto Requião lembrou que, normalmente, em qualquer tipo de empréstimo, inclusive os governamentais, são cobradas diversas taxas. Ele sugeriu ao MST que, diante das acusações, levante recursos por meio de doações de pessoas favoráveis à reforma agrária, para poder arcar com os gastos em apoio técnico e mobilização. O senador se prontificou a colaborar.

—Se não fosse a pressão do MST, a reforma agrária teria morrido há muito tempo, e o governo não faria nem mesmo o pouco que tem feito — afirmou, lembrando que a direita gostaria de ver os trabalhadores rurais desor-

ganizados e o MST sem recursos para lutar.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o discurso de Requião e propôs que o MST cobre taxas sobre a produção das cooperativas, para evitar acusações injustas.

FAZENDA DE FHC

O senador cobrou também uma investigação rigorosa sobre a fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG). O senador apre-

sentou documentos que, segundo ele, comprovam que Fernando Henrique comprou a fazenda Córrego da Ponte, de 1.046 hectares, em sociedade com o ex-caixa de campanha Sérgio Motta, pelo valor de US\$ 2 mil. A propriedade, disse o senador, valia aproximadamente US\$ 500 mil e posteriormente foi transferida por apenas US\$ 20 mil dólares. Segundo Requião, o preço da propriedade teria sido subfaturado para sonegar impostos.

—Só o presidente consegue terras tão baratas. Em um país sério, um sonegador seria execrado e não poderia continuar no cargo de presidente da República — disse, ironizando o fato de a fazenda ser considerada um “símbolo nacional”, em decisão do STF.

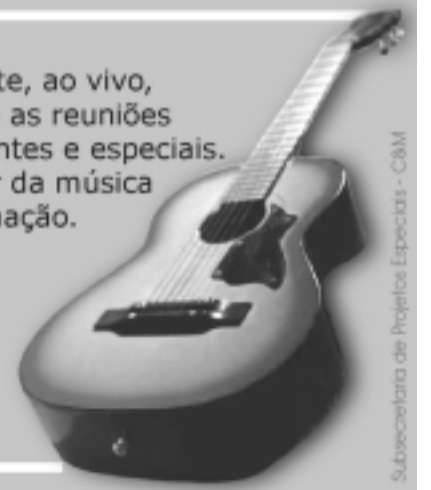
O debate e as votações *ao vivo*
e o melhor da Música Popular Brasileira



A Rádio Senado transmite, ao vivo, as sessões do plenário e as reuniões das comissões permanentes e especiais. Nos intervalos, o melhor da música popular, cultura e informação.

Receba o sinal da Rádio Senado pela Internet: www.senado.gov.br

Senado **91,7 fm**



Comissões debatem propaganda de fumo e bebida

Audiência pública conjunta da CCJ e da CAS contrapõe argumentos em defesa da “liberdade de expressão comercial” à preocupação com os danos causados pelo tabaco e pelo álcool

Reunidos ontem em audiência pública no Senado, empresários, donos de agências de propaganda e proprietários de veículos de comunicação defenderam o princípio da “liberdade de expressão comercial” como argumento para manter nos termos atuais a propaganda de bebidas e cigarros. Não ficaram sem resposta: médicos, representantes do Ministério da Saúde e da Receita Federal levantaram a bandeira da saúde pública para pedir a proibição da publicidade desses produtos na televisão, rádios, jornais e outros meios.

A audiência, realizada conjuntamente pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), foi a primeira programada para debater o projeto de lei — já aprovado na Câmara — que proíbe a propaganda nos veículos de comunicação de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

O primeiro a defender o direito à “liberdade de expressão comercial” foi o representante da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Paulo Tonet Camargo. Para ele, seria inconstitucional proibir a propaganda de cigarros e bebidas, produtos legalmente produzidos. “Se a questão é proibir, que se proíba logo a produção”, disse Camargo. O representante da ANJ alertou para os ris-

cos à liberdade de imprensa, caso os veículos de comunicação se enfraqueçam em consequência da diminuição de receitas.

A tese da “liberdade de expressão comercial” foi contestada pelo representante do Ministério da Saúde, Vera Luíza da Costa e Silva, que defendeu, acima de qualquer interesse, o da saúde pública. Segundo ela, não há como falar em liberdade quando o que está em questão é a propaganda de produtos que causam dependência a seus usuários. Vera Luíza citou uma série de estatísticas para demonstrar que cigarros e bebidas causam doenças graves como câncer e derrame cerebral. Com base em pesquisas e informações coletadas em outros países, as autoridades do ministério chegaram à conclusão de que a propaganda é danosa porque leva ao aumento do consumo, especialmente pela incorporação de jovens e crianças.

O aumento do mercado foi defendido pelo presidente da Associação Brasileira das Agências de Publicidade (Abap), Flávio Corrêa, como caminho para o barateamento de preços e a melhoria da qualidade dos produtos. Ele acredita que, se a propaganda for proibida, os consumidores ficarão à mercê de produtos contrabandeados ou falsificados. Esse ponto de vista foi contestado pelo repre-

sentante da Receita Federal, Ricardo José de Souza Pinheiro. “Não se falsifica um produto desconhecido”, disse ele. Embora a indústria do tabaco pague muito imposto, a redução dessa atividade seria compensada ao longo do tempo pela diminuição das despesas com as doenças causadas pelo cigarro, conforme Pinheiro.

O psiquiatra Arthur Guerra de Andrade, coordenador do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Universidade de São Paulo, alertou para o crescente consumo de álcool no país em razão de legislação que considera como bebidas alcoólicas somente os produtos que contêm 13 graus GL (Gay Lussac) de álcool. Falou ainda na reunião o representante da Associação Brasileira de Anunciantes, Rafael Sampaio. Ele disse temer que a proibição acabe estimulando o consumo, e defendeu equilíbrio entre os interesses da saúde e dos empresários. Antes que a palavra fosse passada aos senadores, o relator da matéria, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou que aguardará o encerramento das consultas públicas sobre o assunto para se pronunciar.



Osmar Dias, presidente da CAS, ladeado por participantes da audiência sobre as restrições à propaganda de fumo e bebidas

Heloísa adianta que oposição pretende apoiar o projeto

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) informou que o Bloco Oposição tem intenção de apoiar o projeto do Executivo que restringe a propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e agrotóxicos. Heloísa observou que os senadores da oposição têm como objetivo, particularmente, o combate mais eficaz ao alcoolismo, ao consumo e à propaganda de bebida.

É preciso, afirmou a senadora, que os parlamentares tenham coragem para enfrentar o *lobby* das grandes cervejarias e dos produtores de cigarros e derivados. Não se trata de falso moralismo, acrescentou, ressaltando que “o álcool e o fumo matam e, se a publicidade interfere nisso, deve ter restrições”. Ela defendeu o apensamento (tramitação conjunta) de todos os projetos que tratam desse assunto.

Já o senador Moreira Mendes (PFL-RO) contestou o projeto, pois tenta reduzir o consumo de cigarros pela proibição da propaganda, o que para ele é inconstitucional. Moreira disse duvidar da tese de

que o cigarro vicia.

— Eu fumei até os 40 anos e parei, sem nenhum problema, no momento em que quis. A solução é investir em educação — recomendou.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, José Agripino (PFL-RN), disse que também parou de fumar, mas por ter sido pressionado por telespectadores da TV Senado, que criticavam o fato de ele presidir reuniões com um cigarro entre os dedos.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) afirmou que não está convencida da eficácia do projeto. Segundo ela, o governo está agindo de “forma hipócrita”, como no caso da proibição de armas de fogo.

— O Executivo não dá atenção a propostas que não sejam de sua autoria, mesmo com objetivo similar, e agora quer apoio total. Devemos aprofundar todas essas questões, antes de votar — salientou Emilia.

Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou que apoiará a proposta por ter formação médica e entender o mal que o cigarro causa à saúde.

Juristas discordam sobre constitucionalidade

O jurista e ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro Marcelo Cerqueira afirmou que o projeto apresentado pelo Executivo proibindo a veiculação de propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas nas emissoras de rádio, televisão, jornais e re-



Para Josaphat, projeto é incoerente e inconstitucional

vistas é constitucional. Cerqueira participou ontem da audiência conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Cerqueira não considera que ocorra cerceamento de expressão quando o objeto das restrições são propagandas comerciais. Ele lembrou também que a proibição não é total, já que a publicidade em cartazes e painéis, na parte interna dos pontos de venda, é permitida. Por

outro lado, declarou o jurista, não se pode interpretar as leis isoladamente, e nesse caso é preciso lembrar que a Constituição define como obrigação do Estado zelar pela saúde pública, que, segundo os argumentos do autor, está sendo ameaçada pelo elevado consumo do cigarro.

— Estou convencido da absoluta necessidade da aprovação dessa matéria. A proibição é legal, pois, de um lado existe o interesse dos grandes empresários, do outro está a saúde da população — argumentou o advogado.

O projeto, já aprovado pela Câmara e tramitando em regime de urgência no Senado, está sendo apreciado pelas duas comissões ao mesmo tempo, sob a relatoria do senador José

Roberto Arruda (PSDB-DF).

Já o jurista e ex-senador Josaphat Marinho, também participante da audiência, discordou da posição de Cerqueira, afirmando que a proposta é inconstitucional.

— Não existe interesse maior do que o devido à Constituição e, nesse projeto, ao fazer-se a proibição da propaganda e não apenas a sua restrição, como a lei prevê, o Legislativo estaria infringindo o preceito da liberdade de expressão. A proposição pode provocar a desordem constitucional e estabelecer um procedimento arbitrário que criaria perigoso precedente — advertiu o ex-senador pela Bahia.

Ele também observou que a proposta — se adotada — será incoerente, pois as demais atividades relacionadas com a indústria do fumo são permitidas e lícitas no Brasil. “Se o governo recebe tributos da venda do cigarro, como poderá proibir a sua publicidade?”, questionou.

Nova audiência reunirá empresários e especialistas em saúde e drogas

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador José Agripino, anunciou nova audiência, no dia 18, para continuação do debate em torno do projeto que pretende restringir a propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos, agrotóxicos e terapias.

Deverão participar da próxima reunião representantes da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) e da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra); da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); da Asso-

ciação Nacional dos Editores de Revistas (Aner); do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar); da Sociedade Brasileira de Cardiologia; do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid); a coordenadora da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), Thais Corral, e o professor José Rosemberg, do Instituto Nacional do Câncer.

Além de Agripino, presidiu a reunião conjunta de ontem o senador Osmar Dias (PSDB-PR), presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Sen. Geraldo Althoff e o presidente da Sociedade de Pediatria do Distrito Federal, Dioclécio Campos Jr., falam sobre a violência contra a criança e o adolescente
 7h30 — *Entrevista* — Dalila Lubiana da Universidade da Paz, fala sobre a paz nos presídios
 8h — *Jornal do Senado*
 8h30 — *TV Escola* — PCN — Matemática — Desarmando as contas
 9h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
 9h30 — *Entrevista* — Sen. Alvaro Dias faz uma avaliação das eleições
 10h — Sessão Plenária (ao vivo)
 13h30 — *Debate* — Sen. Geraldo Althoff e o presidente da Sociedade de Pediatria do Distrito Federal, Dioclécio Campos Jr., falam sobre a violência contra a criança e o adolescente
 14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
 18h30 — *Entrevista* — Sen. Alvaro Dias faz uma avaliação das eleições
 19h — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão
 19h30 — *Debate* — Sen. Geraldo Althoff e o presidente da Sociedade de Pediatria do Distrito Federal, Dioclécio Campos Jr., falam sobre a violência contra a criança e o adolescente
 20h30 — *Entrevista* — Dalila Lubiana da Universidade da Paz, fala sobre a paz nos presídios
 21h — *Jornal do Senado*
 21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h — *Cidadania* — Mário Volpi, do Unicef, e Ruth Léa Soares, do SOS Criança, falam dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
 2h — *Saúde/Unip* — História de um Zoológico — parte 4
 2h30 — *Jornal do Senado*
 3h — *Cores do Brasil* — Café no oeste da Bahia
 3h30 — *Entrevista* — O cineasta Pedro Jorge de Castro fala sobre o filme *Brinquedo Popular do Nordeste*
 4h — Filme — *Brinquedo Popular do Nordeste*, de Pedro Jorge de Castro
 4h30 — *Saúde/Unip* — História de um Zoológico — parte 4
 5h — *TV Escola* — PCN — Matemática — Jogos e atividades para trabalhar as operações
 5h30 — *Cores do Brasil* — Pernambuco
 6h — *Saúde/Unip* — História de um Zoológico — parte 4
 6h30 — *Cidadania* — Mário Volpi, do Unicef, e Ruth Léa Soares, do SOS Criança, falam dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
 7h30 — *Entrevista* — O cineasta Pedro Jorge de Castro fala sobre o filme *Brinquedo Popular do Nordeste*
 8h — Filme — *Brinquedo Popular do Nordeste*, de Pedro Jorge de Castro
 8h30 — *TV Escola* — PCN — Matemática — Jogos e atividades para trabalhar as operações

9h — *Cores do Brasil* — Camboriú
 9h30 — *Entrevista* — Dalila Lubiana da Universidade da Paz, fala sobre a paz nos presídios
 10h — *Quem tem medo de música clássica?* Orquestra Sinfônica Nacional Infantil da Venezuela
 11h — *Espaço Cultural* — Festival Internacional de Teatro de Bonecos — parte 1
 12h — *Cores do Brasil* — Manaus
 12h30 — *Entrevista* — O cineasta Pedro Jorge de Castro fala sobre o filme *Brinquedo Popular do Nordeste*
 13h — Filme — *Brinquedo Popular do Nordeste*, de Pedro Jorge de Castro
 13h30 — *Cidadania* — Mário Volpi, do Unicef, e Ruth Léa Soares, do SOS Criança, falam dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
 14h30 — *Espaço Cultural* — Ópera Tibetana Zhashi
 15h30 — *Entrevista* — O cineasta Marcus Vilar fala sobre os filmes *O Som do Barro* e *Seu Rei Mandou Dizer*
 16h30 — *Espaço Cultural* — Festival Internacional de Teatro de Bonecos parte 2
 17h30 — *Especial* — Fortes do Brasil
 18h — *Quem tem medo de música clássica?* Orquestra Sinfônica Nacional Infantil da Venezuela
 19h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão
 19h30 — *Cidadania* — Mário Volpi, do Unicef, e Ruth Léa Soares, do SOS Criança, falam dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
 20h30 — *Entrevista* — O cineasta Pedro Jorge de Castro fala sobre o filme *Brinquedo Popular do Nordeste*
 21h — Filme — *Brinquedo Popular do Nordeste*, de Pedro Jorge de Castro
 21h30 — *Espaço Cultural* — Festival Internacional de Teatro de Bonecos — parte 3
 22h30 — *Quem tem medo de música clássica?* Orquestra Sinfônica Nacional Infantil da Venezuela
 23h30 — *Cidadania* — Mário Volpi, do Unicef, e Ruth Léa Soares, do SOS Criança, falam dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

RÁDIO SENADO

8h — *Agenda Senado*
 Em seguida — Música e informação
 10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
 Em seguida — Música e informação
 14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
 Em seguida — Música e informação
 19h — *A Voz do Brasil*
 Em seguida — Música e informação
 20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
 Em seguida — Música e informação
 21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
 Em seguida — Música e informação
 21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
 Em seguida — Música e informação

Tebet cobra promessas de FHC para Mato Grosso do Sul

Senador lembra aniversário do estado, que completa 23 anos, e pede que governo garanta energia barata e desenvolvimento para o interior

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que Mato Grosso do Sul não agüenta mais ouvir falar em potencialidades, e cobrou as promessas do presidente Fernando Henrique Cardoso de construir termoeletricas no estado, aproveitando o gás boliviano. “Não podemos esperar mais. É o futuro dos nossos filhos e netos que estamos comprometendo. O presidente da República tem que cumprir o que prometeu: energia barata e desenvolvimento para o interior”, disse o senador.

Na opinião de Tebet, a alternativa mais viável para Mato Grosso do Sul é a agroindustrialização. Ele lembrou que o estado tem o maior rebanho de gado bovino do país, com cerca de 23 milhões de cabeças, e precisaria, no mínimo, industrializar o couro desses animais. Alertou para o “desânimo” no setor produtivo após as iniciativas do governo federal nas áreas do meio ambiente e indígena, destinando-

Ramez Tebet: “Parece que existem interesses muito poderosos, que matam os sonhos de Mato Grosso do Sul”



lhes grandes extensões de terras sem dar nenhuma compensação ao estado.

Ao lembrar que hoje Mato Grosso do Sul completa 23 anos, o senador, que esteve presente à solenidade de criação do novo estado como prefeito de Três Lagoas, perguntou “o que sobrou daquelas esperanças”. Afirmando não acreditar em teorias de conspiração, ele observou, no entanto, que algo impede o desenvolvimento do seu estado. “Parece que existem interesses

muito poderosos, que matam os sonhos de Mato Grosso do Sul”, assinalou.

Como exemplo, Tebet citou o surto de febre aftosa que fechou as fronteiras do estado para a exportação de carne bovina, logo depois de ter sido considerado livre da doença. Segundo ele, o foco da doença foi localizado num único município e o gado afetado era proveniente do Paraguai. Mesmo depois de o governo ter sacrificado e incinerado todo o gado doente, as fronteiras foram fechadas.

Geraldo Cândido defende reajuste salarial de 62,81% para petroleiros

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) defendeu ontem a proposta de reajuste salarial apresentada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), de 62,81%. O índice corresponde à reposição da inflação e das perdas salariais desde o Plano Real e a aumento por produtividade.

— A resposta da direção da Petrobras foi indecente: reajuste de 5% mais 1,3 vez o salário básico da empresa, a título de adiantamento de participação nos lucros — afirmou. De acordo com Geraldo Cândido, em maio a Petrobras concedeu um aumento de 100% em média para o presidente, diretores e gerentes da empresa. “Enquanto um diretor recebe R\$ 24.000, um funcionário de nível médio ganha R\$ 797,58. Um caso explícito da aplicação de dois pesos e duas medidas”, disse.

O senador afirmou que a atual direção da Petrobras não tem tratado com responsabilidade assun-

tos como a proteção ao meio-ambiente e a segurança de seus trabalhadores. “Nos últimos dois anos, 69 trabalhadores perderam a vida a serviço da empresa”, enfatizou.

Geraldo Cândido afirmou que a empresa teve lucro líquido de R\$ 4,5 bilhões no primeiro semestre deste ano, quase três vezes mais do que lucrou durante todo o ano de 1999. A lucratividade projetada para 2000 é de cerca de R\$ 10

bilhões. “Com a chegada do mês de setembro, data-base dos petroleiros, os trabalhadores esperavam da direção da empresa uma contrapartida por tanto esforço”, ponderou.

Conforme o senador, os petroleiros querem negociar com responsabilidade, mas não aceitam a intransigência da diretoria da Petrobras, que se “autoconcede 100% de aumento e quer dar uma migalha de 5% aos empregados”.



Para Geraldo Cândido, petroleiros querem negociar com responsabilidade, mas a empresa é intransigente

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Hartung quer preservar lei que controla gastos

Preocupado com ação que questiona no STF a constitucionalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, recentemente aprovada pelo Congresso, senador alerta que ganância e execução orçamentária sem controle são sinônimos de inflação

Por considerar que ganância e execução orçamentária sem controle são sinônimos de inflação, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) apelou ontem aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pela preservação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos termos em que ela foi aprovada pelo Congresso. PT, PSB e PC do B apresentaram ao STF uma ação arguindo a constitucionalidade da lei. "Creio que não é o momento de

rever a lei. É preciso que haja prazo para sua execução", afirmou.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada depois das duas leis conhecidas como Lei Camata e reforça o mesmo princípio de restrição das despesas públicas com pessoal, conforme limites específicos para cada um dos Poderes. Assim, os gastos com pessoal do Legislativo federal foram limitados a 2,5% da receita corrente federal; os dos estaduais, em 3%, e os dos

municipais, em 6%. Limites que, segundo Hartung, foram resultado "da pressão das autoridades estaduais e municipais sobre o Legislativo federal".

Em favor da Lei de Responsabilidade Fiscal e do controle das discrepâncias de gastos vigentes, Hartung mencionou dados extraídos da



"Não é o momento de rever a lei", afirma Paulo Hartung

Relação Anual de Informações Sociais (Rais), referentes a 1988. Segundo esses dados, São Paulo, Bahia e Ceará, por exemplo, gastaram R\$ 3 por habitante com seus legislativos estaduais, enquanto no Pará, Roraima, Sergipe, Minas Gerais e Rio de Janeiro essas despesas atingiram R\$ 10

por habitante. Distorções semelhantes foram encontradas entre os estados em relação às despesas com outro Poder autônomo, o Judiciário, disse.

Hartung destacou que outra lei, além da de Responsabilidade Fiscal, coibirá excessos de gastos por parte do poder público: a Emenda Constitucional nº 25, que limitará os gastos municipais com as câmaras de vereadores e entrará em vigor no ano 2001.

Moreira Mendes pede investigação sobre as atividades do MST no país

O Executivo e o Judiciário devem investigar as irregularidades que estariam sendo praticadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O apelo foi feito ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Para ele, o MST leva a agitação ao campo e desorganiza a agricultura com o objetivo de desestabilizar o governo. O senador criticou a invasão de propriedades, a ocupação de prédios públicos e a cobrança de comissões sobre os financiamentos concedidos para os assentamentos.

Moreira Mendes disse que em Rondônia o MST cobra entre 3% e

11% dos assentados que recebem financiamento para iniciar suas atividades, segundo revelou uma sindicância realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). "Existem quadrilhas infiltradas no MST que estão explorando, oprimindo, constrangendo e extorquindo o menos avisado homem do campo", denunciou o senador.

Duas reportagens publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* deixam



Moreira Mendes garante que há quadrilhas infiltradas no MST

claro, segundo Moreira Mendes, a intransigência do MST. "O real objetivo do MST não é mais resolver o problema de quem não tem terra, nem transformar essas famílias em pequenos agricultores", frisou. O senador reconheceu a nobreza de propósito que norteou a criação do MST em defesa de uma causa extremamente justa, mas lamentou a transformação do movimento "em um instrumento de manipulação e de coação".

Rocha faz apelo em favor do plano de saúde para servidores de ex-territórios

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apelou ao relator da proposta orçamentária para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), para que, em seu relatório, preserve os R\$ 28 milhões destinados à contratação de plano de assistência médica dos servidores públicos federais em exercício nos antigos territórios, transformados em estados pela Constituição de 1988.

Segundo Rocha, os funcionários públicos da União no Amapá, Rondônia e Roraima são, até o momento, os únicos que não têm assegurada a assistência médico-odontológica. Ele considera a medida urgente para



Rocha reivindica tratamento igualitário para servidores

que seja dado tratamento igualitário a todos os servidores públicos federais e para dinamizar a economia desses estados. O senador destacou que a inclusão dos recursos na proposta de Orçamento encaminhada pelo Executivo ao Congresso foi possível graças à compreensão do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e de outros técnicos da área econômica.

— O importante é que a ação do governo é de extrema relevância social para os ex-territórios. A medida vai atender a mais de 100 mil pessoas entre servidores públicos e dependentes. Só no Amapá, 35 mil pessoas serão atendidas. O valor

destinado, R\$ 10 milhões por ano, é significativo para a economia incipiente desse novo estado — afirmou.

Rocha prevê que, com os recursos assegurados, já no próximo ano poderá ser feita licitação de caráter nacional para a contratação de uma operadora de planos de saúde para atender os servidores públicos federais e seus dependentes nos ex-territórios.

— A inclusão dos recursos no Orçamento não é uma dádiva do governo federal, mas o reconhecimento de que não havia razão para manter esses servidores na exclusão — disse, ao pedir aos senadores e deputados federais das bancadas dos ex-territórios que zelem para que a verba prevista não seja desviada de seu objetivo original durante a tramitação do Orçamento no Congresso.

Patrocínio cobra rapidez na política nacional do idoso

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) cobrou ontem do governo maior rapidez na implantação da política nacional do idoso. Patrocínio disse que, de acordo com projeções feitas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), a população de idosos (65 anos de idade ou mais) poderá ser de 20 milhões em 2020, o que exigirá mudanças no perfil das políticas sociais.

Patrocínio lembrou que as doenças crônico-degenerativas assumem peso significativo com o envelhecimento populacional e, em consequência, ocorrerá um maior custo das internações e tratamentos, pois serão necessários equipamentos e medicamentos muito mais caros.

— Existem pouco mais de 600 geriatrias em atividade e raros são os cursos de Medicina que oferecem disciplinas específicas. Em São Paulo, apenas três universidades contemplam a especialização em geriatria — disse o senador.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) também cobrou uma política mais responsável e consequente para os idosos brasileiros e afirmou que a Subcomissão do Idoso, criada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), não estava atuando devido à cassação do seu presidente, o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

O senador Lauro Campos (PT-DF) comparou o tratamento dado ao idoso no Brasil e em países europeus. Segundo ele, algumas sociedades consideram um valor positivo a experiência e cercam os idosos de cuidados, mas as sociedades que valorizam



Patrocínio observa que crescimento da população idosa exigirá mudança nas políticas sociais

a eficiência e a velocidade descartam os velhos. "No Brasil, falta tudo para o velho", lamentou.

SOLIDÃO

Um dos problemas mais comuns enfrentados pelos idosos, de acordo com Carlos Patrocínio, é a solidão. "Estudos geriátricos indicam que 7% dos que têm idade superior a 65 anos sofrem com a falta de atenção dos familiares. Em 15% desses casos, o sentimento de abandono é tamanho que o idoso termina por cometer suicídio", revelou.

O senador apontou ainda os resultados de pesquisa realizada com base em 1.559 boletins de ocorrência policial feitos na Delegacia de Proteção ao Idoso, no período de 1991 a 1998. Segundo a pesquisa, 60% dos idosos que apresentaram queixa foram agredidos por pessoas próximas, como filhos (39,6%) e vizinhos (20,6%); a maioria dos agressores são homens (64%) e a maioria dos agredidos é do sexo feminino (57%). As ameaças mais comuns são de morte e internação em asilos (27%), lesões corporais (13%), além de injúria, calúnia e difamação (11%).